

AOS BOLSEIROS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

**MAIS DE DOIS
ANOS PASSARAM
e os trabalhadores
científicos
continuam
à espera...**



Após quatro anos de governo PSD/CDS-PP que ameaçaram arruinar a investigação científica, o Governo do PS prometeu que iria "atender à situação dos milhares de investigadores que estavam há vários anos a desempenhar tarefas permanentes com o mais precário dos vínculos - uma bolsa de investigação científica."

Passadas as intenções, a realidade de hoje é que os trabalhadores da ciência se mantêm confrontados com a incerteza em relação à resolução dos seus problemas.

O Governo do PS opta por se amarrar ao défice e às imposições da União Europeia, por financiar os bancos e os seus buracos financeiros, por se vergar aos interesses económicos do grande capital com todas as consequências que daí advêm e, como se isto não bastasse, decide boicotar os instrumentos legais que, ainda que limitados, foram possíveis alcançar.

Mais de dois anos depois, a esperança de investigadores e bolsiros transformou-se em descrédito com o muito pouco que se concretizou face às promessas feitas.

COMO O PCP TEM AFIRMADO, A CORRELAÇÃO DE FORÇAS EXISTENTE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (AR) TERIA CONDIÇÕES PARA MELHORAR O SECTOR CIENTÍFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS TRABALHADORES.

Por intervenção do PCP, o DL57/2016 sofreu melhorias passando a garantir:

- que não haverá perda de remuneração líquida mensal ao fixar o nível 33 como nível remuneratório inicial (estava no 28);
- a possibilidade de evolução salarial ao longo do contrato; o aumento do número de bolsiros abrangidos pelo DL, em virtude da contagem de tempo contemplar anos seguidos e interpolados;
- a garantia de que os contratos serão pagos, na sua totalidade e durante 6 anos, pela FCT;
- a possibilidade de integração na carreira de investigação no final dos contratos.

Tudo isto está hoje consagrado na lei por iniciativa e contributo do PCP, tal como aconteceu com o PREVPAP, com a proposta no Orçamento do Estado para 2017, obrigando o governo a apresentar à AR um Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

**A
ACTUAL
SITUAÇÃO
permitiria
dar passos
na ciência**



Foram ainda levadas pela mão do PCP propostas de grande significado, como a integração progressiva dos bolsiros de investigação científica na carreira, o reforço de meios humanos e financeiros para os Laboratórios do Estado, no quadro do Orçamento do Estado para 2018, e a actualização extraordinária dos valores das bolsas de investigação, propostas sistematicamente chumbadas por PS, PSD e CDS.

Só a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) e a substituição das bolsas por contratos, associada à integração na Carreira de Investigação Científica, podem resolver de vez o problema da precariedade na ciência. Neste sentido o PCP levará novamente à discussão na AR a proposta de revogação do EBI e a criação do Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica.

O BOICOTE

A aplicação do DL57/2016 entrou num impasse, com Reitores e responsáveis das unidades de investigação a demonstrar pouca vontade de contratar bolsheiros por este mecanismo e de aplicar a Norma Transitória (NT), que garante a possibilidade de todos os doutorados há mais de 3 anos serem contratados.

Um boicote apadrinhado pelo Governo do PS, com o Ministro a afirmar que não irão obrigar as diferentes instituições a aplicar esta regra.

NA SEGUNDA QUINZENA DE FEVEREIRO, DOS 620 EDITAIS DISPONÍVEIS NO SITE DA ERACAREERS, NENHUM CONTRATO ESTAVA ABERTO AO ABRIGO DA NORMA TRANSITÓRIA, APENAS 17 CORRESPONDIAM A LUGARES AO ABRIGO DO DL57/2017 E MAIS DE 75% CORRESPONDIAM A BOLSAS.

Muitos investigadores elegíveis pelas regras da NT estão numa situação desesperante, por um lado não podem renovar as bolsas que tinham, que estão a terminar ou já terminaram, e por outro lado não se podem candidatar aos lugares a que, de acordo com a lei, têm direito, porque as instituições se recusam a abrir os concursos.

Para dar resposta a este problema o PCP apresentou recentemente um Projecto-Lei que foi aprovado, e que obriga o Governo a prorrogar os prazos das bolsas dos investigadores abrangidos pela Norma Transitória, pelo menos enquanto não abrirem os concursos a que têm direito, de acordo com o DL57/2016.

Ao nível do PREVPAP a situação não é melhor. À medida que o processo avança, posições de boicote como as da Universidade de Aveiro ou de Coimbra generalizam-se. O exemplo mais gritante é dos 430 pedidos admitidos para avaliação, a Universidade de Coimbra admitiu que zero (0) correspondiam a necessidades permanentes.

CIÊNCIA - Um pilar de desenvolvimento do país, assente no trabalho com direitos e dignidade!



É preciso e urgente resolver dois problemas centrais existentes: O reduzido financiamento público das instituições e a precariedade a que estão sujeitos os investigadores.

Os trabalhadores científicos podem contar com o PCP para continuar a intervenção pela eliminação do recurso a bolsas ou outros mecanismos precários para preencher postos de trabalho, sejam eles temporários ou permanentes, reconhecendo o direito

dos trabalhadores a integrarem uma carreira e garantir um financiamento público para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, decorrente de uma estratégia de interesse e da produção nacional, assente no trabalho com direitos e dignidade.

Perante as hesitações e boicotes do governo, está nas mãos dos trabalhadores científicos fazer a luta necessária para que os avanços já alcançados se concretizem e para que muitos outros ocorram.

SEM INVESTIMENTO NÃO HÁ POLÍTICA CIENTÍFICA Sem política científica não há desenvolvimento do País

Em 2016 e 2017 nenhum projecto de investigação foi financiado.

No início de 2018 os resultados do concurso de projectos de investigação começaram a sair de forma avulsa, por vezes com discrepância de meses.

O atraso no processo de avaliação das unidades de investigação levou a centros de investigação sem financiamento e à falta de material em alguns laboratórios.

O último concurso previsto para investigadores FCT nunca foi aberto e o financiamento de 200 contratos ficou por aplicar.

Em 2016 deixou de haver concursos para financiamento de bolsas de pós-doutoramento e só em 2018 voltaram a abrir concursos, que permitiram financiar recém-doutorados e outros investigadores.

O Concurso Individual de Estímulo ao Emprego Científico de 2017, que só abriu em janeiro de 2018, prevê a atribuição de 500 contratos a termo e recebeu perto de 5000 candidaturas. Isto demonstra que mesmo após este concurso muitos vão continuar no desemprego ou sem financiamento.

Após uma justificada expectativa inicial existe hoje um sentimento de frustração entre os trabalhadores científicos, que estão, em muitos casos, numa situação pior que em 2016, com os seus contratos a terminar, no desemprego, sem protecção social, fora do sistema, sem forma de financiarem e continuarem o seu trabalho, ainda mais susceptíveis à precariedade.



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____



Recorte e envie para:

Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

pcp.pt

DEP/PCP Mai.2018